
ANEXO IX

PENALIDADES

Consulta Pública SETOP
Concorrência ____/2013

1.1. A Licença Prévia do CONTORNO METROPOLITANO NORTE foi concedida *ad referendum* no segundo semestre de 2004, e suspensa em 29/10/2004 pela Câmara de Atividades de Infraestrutura – CIF do Conselho Estadual de Meio Ambiente – Copam, em função de questionamentos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa com relação às interferências na bacia da represa Vargem das Flores.

1.2. O processo foi baixado em diligência, tendo havido discussões entre o Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema e o Copam atinentes à referida represa, e o Vetor Norte da Região Metropolitana de Minas Gerais.

1.3. Dessa forma, em 29/06/2007, foi concedida a Licença Prévia, com condicionantes, tendo o DNIT, em 23/06/2009, requerido a revisão dessas condicionantes.

1.4. A Superintendência Regional Central de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Supram Central, através do Parecer Único nº 224/2009, abordou as revisões solicitadas pelo DNIT, tecendo as considerações apresentadas no item abaixo.

1.5. Apresenta-se a seguir uma síntese dos principais eventos relacionados à etapa da Licença Prévia.

Data	Registro
29/08/2002	Emissão de orientações para o licenciamento (FOBI 048504/2002) – Empreendimento Classe 3A – EIA/Rima.
11/09/2002	Requerimento de LP (Processo 166/2002/2001/2002).
16/08/2004	Emissão do Parecer Técnico Feam nº 042/2004, favorável com condicionantes.
2004	Concedida LP <i>ad referendum</i> .
29/10/2004	Suspensão da LP, devido à interferência com a APA Vargem das Flores.
2006	Exigência de anuência da APA Vargem das Flores (Lei 16197/2006) – Gestão do IEF, articulação com a Copasa, município e Estado.
2007	Revisão da LP, discussão entre Sisema, Copasa e Conselheiros do Copam.
12/03/2007	Revisão da LP – Condicionantes das ONG's.
13/03/2007	Revisão da LP – Condicionantes da Copasa para a bacia Vargem das Flores.
29/06/2007	Aprovação da LP 002/2007 com condicionantes.
23/06/2009	Requerimento de revisão das condicionantes pelo Dnit.
18/09/2009	Emissão do Parecer Técnico nº 224 Supram - Aprovação da revisão das condicionantes.
30/11/2009	URC Rio das Velhas aprova revisão das condicionantes – Parecer Técnico nº 224 e alterações Amda.
10/05/2010	URC Rio das Velhas concede prorrogação do prazo da LP até 16/03/2011.
14/12/2011	Dnit requer prorrogação do FOBI (438085/201) para LI – Contratação do Projeto Executivo.
21/12/2011	Prorrogação do FOBI por mais 540 dias – Prazo até 21/06/2013.
2012	PMI requer avaliações sobre o traçado inicialmente proposto e estudo de alternativas que reduzam as desconformidades ambientais identificadas ao longo do processo de licenciamento ambiental.

1.6. A continuação do processo de Licenciamento Ambiental deverá se dar a partir da Licença de Instalação, para a qual será necessário o desenvolvimento do Plano de Controle Ambiental – PCA, que incorpore o cumprimento e/ou o plano de atendimento das seguintes condicionantes da LP:

REF.	IDENT.	CONDICIONANTE
1.1	1	Proposta para a solução de conflitos identificados pelo empreendimento em relação à APP junto à ligação rodoviária Contagem/Esmeraldas.
	2	Proposta para a solução de conflitos identificados pelo empreendimento em relação às Minerações Bela Vista e Martins Lanna.

	3	Proposta para a solução de conflitos identificados pelo empreendimento em relação o bairro San Marino no município de Ribeirão das Neves.
	4	Proposta para a solução de conflitos identificados pelo empreendimento em relação ao patrimônio histórico e cultural (cemitério e residências) em Santa Luzia.
1.2	5	Apresentação de laudo técnico sobre as condições de evolução da dolina existente na altura da estaca 2360, em relação ao trecho, assim como a estabilidade desse trecho cortando essa feição.
1.3	6	Apresentar proposta alternativa de traçado nos trechos onde ocorre vegetação de florestas estacional semidecidual primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração. Nos casos em que não houver alternativa locacional menos impactante, durante a elaboração de projeto executivo, deverão ser estudados ajustes no projeto Geométrico, com o objetivo de minimizar as interferências com fragmentos de vegetação de floresta estacional semidecidual, nos segmentos apresentados na listagem (14 fragmentos, totalizando 17880,00 metros de extensão).
	7	Apresentar proposta alternativa de traçado nos trechos onde ocorre área de preservação permanente. Nos casos em que não houver alternativa locacional menos impactante, durante a elaboração de projeto executivo, deverão ser estudados ajustes no projeto Geométrico, com o objetivo de minimizar as interferências áreas de preservação permanente.
1.4	8	Apresentação de Parecer do IEF relativo à supressão de vegetação.
	9	Apresentação de Parecer do IEF relativo à supressão de espécies imunes ao corte.
	10	Apresentação de Parecer do IEF relativo as intervenções em APP.

1.5	11	Apresentação de manifestação do IEF, quanto à delimitação, em planta, das APP's na implantação do AVCN da RMBH.
1.6	12	Apresentação do IEF, quanto às medidas compensatórias, conforme Decreto Estadual nº 43.278/2003
1.7	13	Anuência do IBAMA para a supressão de vegetação de Floresta Estacional Semidecidual
1.8	14	Apresentar manifestação do órgão gestor da Unidade de Conservação Parque Municipal do Madeiro
1.9	15	Verificar a ocorrência de outras Unidades de Conservação num raio de 10 km do entorno do empreendimento. Se confirmada esta ocorrência, apresentar manifestação de seu órgão gestor de acordo com a Resolução CONAMA 013/90
2.1	16	Formalizar o processo de licenciamento, em caráter corretivo, do atual Anel Rodoviário de Belo Horizonte.
2.2	17	Apresentar projetos executivos das ações ambientais propostas no estudo ambiental.
2.3	18	Apresentar programa de reassentamento e seu projeto executivo para as populações que ocupam áreas de forma irregular.
2.4	19	Apresentar cadastro de propriedades atingidas pelo empreendimento.
2.5	20	Apresentação de instrumento legal a ser estabelecido entre DNIT, as Prefeituras afetadas e os Estado, sobretudo, os órgãos de planejamento, visando garantir a integridade do projeto apresentado em relação à ocupação do solo nas áreas lindeiras, considerando, no mínimo, 500 m de afastamento de faixa de rolamento da rodovia.
2.6	21	Apresentar autorizações do IEF para supressão de espécies arbóreas ameaçadas de extinção como <i>Caryocar brasiliensis</i> e <i>Myracrodruon urundeuva</i> e <i>Dalbergia nigra</i> .
2.7	22	Apresentar proposta de adequação do projeto compreendido entre os km 00 e 01, nos mesmos padrões adotados no traçado proposto.

2.8	23	Apresentar proposta de relatórios ambientais das paralisações e retomadas das obras com cronograma, tendo como objetivo o levantamento de custos e danos ambientais dessas ações.
2.9	24	Apresentação de proposta de elaboração de convênios com o objetivo de garantir a implementação dos programas ambientais propostos nos estudos.
2.10	25	Apresentação de proposta de Zoneamento Ambiental para a área de influência do empreendimento, consoante aos Planos Diretores existentes ou demais dispositivos legais de ordenamento territorial dos municípios afetados
2.11	26	Apresentar programa de supervisão ambiental das obras em consonância com o cronograma de obras.
3.2	27	Apresentar imagens aéreas atualizadas, em escala compatível com a visualização do exocarste, até os limites da APA Carste de Lagoa Santa, incluindo também áreas expressivas para proteção da biodiversidade que estejam fora da citada UC apontadas no aprofundamento dos estudos ambientais ou conforme orientação do IEF. Ainda definiu que, para os casos em que as imagens já tiverem sido adquiridas pelo IEF, o DNIT deverá destinar o valor correspondente ao da aquisição à implantação do Sistema de Áreas Protegidas – SAP
3.3	28	Elaboração e contratação de instituição executora, de projeto de Educação Ambiental, abordando características naturais e culturais da região, impactos potenciais do anel viário, legislação de proteção do meio ambiente (captura e caça de animais, coleta de plantas, sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos), condicionantes do processo de licenciamento, destinado a engenheiros e operários de forma geral, com ênfase em tratoristas.

3.6	29	Apresentar e implementar Programa de informação Educação Ambiental, de acordo com as orientações da DN COPAM 110 de 2007, com ênfase nas características ambientais e culturais da região da APA Carste, impactos potenciais do anel viário, legislação de proteção do meio ambiente (captura e caça de animais, coleta de plantas, sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos, o processo de licenciamento para este empreendimento suas etapas e condicionantes, aspectos técnicos de construção, entre outros. Sugere-se parceria com o setor formal de ensino no sentido de oferecer ações do PEA de formação de capacitação de professores, de incentivo a implantação de projetos de gestão ambiental nas escolas do sistema público de ensino existentes na APA Carste.
3.7	30	Implantar, em conjunto com o governo do Estado, o sistema de áreas protegidas definido pelo mesmo, arcando com uma parcela dos recursos necessários, a ser definida entre as partes tendo como base a planilha de custos elaborada pelo governo estadual. A proposta de definição entre o governo estadual e DNIT quanto à parcela de responsabilidade na implantação do SAP deverá ser apresentada a URC Velhas para aprovação.
3.10	31	Apresentar proposta de acordo com a PMMG para repasse de verbas destinadas ao aparelhamento e estrutura física da fiscalização ambiental na área, proporcionalmente ao aumento da demanda corrente da operação do anel viário, incluindo a construção de posto da polícia ambiental para atendimento da região da Várzea das Flores.
3.11	32	Elaborar diagnósticos socioambientais nos municípios atingidos e nos que compõem a APA Carste, apresentando proposta de auxílio às entidades responsáveis pelos mesmos.
3.12	33	Realizar inventário das emissões de gases causadores do efeito estufa durante o processo de construção e operação, com proposta de ações para neutralização dos mesmos,

		detalhadas em projeto executivo.
3.13	34	Realizar tantas roçagens, quanto necessárias, anualmente, nas margens da rodovia, retirando e dando destinação correta ao capim, visando diminuir incidência de incêndios que se propagam para áreas naturais e plantadas.
3.14	35	Prever recomposição das áreas de intervenção (taludes, empréstimo, jazidas, matas ciliares) obrigatoriamente com espécies nativas (no processo de LO e durante sua vigência). A recomposição deverá ser iniciada a partir do momento que cessarem as respectivas intervenções, o pode ocorrer inclusive na LI.
3.15	36	Aprofundar estudos sobre potencial de contaminação dos aquíferos subterrâneos em função da construção e operação do Anel Viário, contemplando medidas de proteção a serem adotadas, devidamente detalhadas em projeto executivo. Inventariar os usuários dos recursos hídricos nas áreas de risco.
3.19	37	Inserir nos editais de licitação, ou qualquer outra modalidade de contratação de serviços, a obrigatoriedade de reabilitação de áreas que sofrerão intervenção em função da obra, execução de atividades educativas/ambientais para funcionários das mesmas, apresentação de proposta quanto à destinação de resíduos de qualquer natureza, bem como cumprimento de todas as medidas previstas nas condicionantes da licença, cuja execução esteja ligada às obras de construção da rodovia. Além de “anexar ao edital de licitação ou qualquer outra modalidade de contratação de serviços, para conhecimento das empresas concorrentes, a lista de condicionantes determinadas pelo COPAM.”

3.20	38	Durante a elaboração do projeto executivo deverão ser estudados ajustes no projeto geométrico, com o objetivo de evitar ou minimizar as interferências nos seguintes segmentos: Cerrado, Cerradão, afloramentos, depressões e superfícies calcárias, sítios arqueológicos, paleontólogos, espeleológicos, sumidouros e ressurgências.
1	39	Considerando a necessidade de controle e mitigação dos impactos relativos à ocupação das faixas contíguas à faixa de domínio da rodovia na região da Vargem das Flores e a competência do estado para desapropriação para fins de criação de unidade de conservação, deverá o DNIT celebrar convênio com o Estado para repasse de recurso necessário à desapropriação dos 100 metros da área, além da faixa de domínio ao longo de todo o trecho localizado na bacia hidrográfica da Vargem das Flores, na margem esquerda do anel contígua ao lago, para criação de unidade de conservação para proteção do manancial, a qual será gerida pelo estado (IEF). As obras somente poderão ser iniciadas após a conclusão das desapropriações. O convênio deverá ser explícito quanto à destinação dos recursos para a criação da unidade de conservação.
2	40	Obter manifestação da Polícia Ambiental a respeito da implantação no trecho localizado na bacia de Vargem das Flores de um Posto de Polícia Ambiental com a finalidade de fiscalizar a faixa desapropriada. O DNIT deverá ser responsável pela sua construção.
3	41	Providenciar revegetação por meio de plantio de espécies nativas na faixa desapropriada de acordo com orientações do IEF
4	42	Para o Programa de Cargas Perigosas, considerar também a fase de construção, incluindo a hipótese de tombamento de veículos transportando produtos com risco de contaminação sobre o leito sem pavimentação da futura via.
5	43	Apresentar manifestação dos órgãos gestores da APA

		Vargem das Flores.
6	44	Apresentar garantia de definição de recursos financeiros para a implementação da Unidade de Proteção Integral, incluindo desapropriação e execução do projeto de revegetação.
7	45	A programação da obra deverá prever o início da construção fora da bacia de Vargem das Flores. Somente poderá iniciar a obra na bacia de Vargem das Flores quando estiver com a terraplenagem concluída nos outros trechos. Prazo: apresentar programação de obra para a concessão da LI.
